

CONGRESSO

Gratidão em tom de campanha

Na promulgação da PEC das Bondades, Bolsonaro dispara elogios ao Congresso e acena a mulheres e nordestinos. Pacheco destaca importância das medidas destinadas a amenizar “nefastos efeitos sociais e econômicos” que impactam a população

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES

Na cerimônia de promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Bondades, que turbinou benefícios sociais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fez reiterados elogios ao Congresso pela aprovação das medidas. Depois da aprovação no Senado, o texto tramitou a toque de caixa na Câmara, graças a manobras do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e é a aposta do chefe do Executivo para aumentar sua popularidade a menos de três meses das eleições.

A PEC determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios. O governo se organiza para fazer os repasses já no mês que vem (**leia reportagem ao lado**). Todas as benesses valerão apenas até dezembro deste ano, ao custo total de R\$ 41,2 bilhões.

“A coragem de tomar iniciativa e buscar alternativas não faltou em ambas estas Casas. Temos muito que agradecer a este Parlamento, que faz salutar propostas úteis como a majoração do Auxílio Brasil. Até novembro passado, tinha o Bolsa Família, que, em média, pagava R\$ 190. Em dezembro, o (pagamento) mínimo era R\$ 400 e, agora, passa a R\$ 600. Esses recursos vão diretamente no bolso, na conta dos beneficiários”, discursou Bolsonaro. “São 18 milhões de famílias, e deixo claro: um pouco mais de dois terços, em torno de 14 milhões, são mulheres. Então, o nosso olhar também (está voltado) para as mulheres pelo Brasil”, acrescentou.

Bolsonaro sofre forte rejeição entre o público feminino. Por isso, tem tentado melhorar a interlocução com essa camada da população. “Nenhum homem pode crescer e sonhar na vida se não tiver ao seu lado uma mulher. Uma magnífica e grandiosa mulher. Este é o nosso Brasil, que, inclusive, agora temos na Caixa (Econômica Federal) uma senhora presidindo aquela instituição. Uma pessoa fantástica, que também está transformando a Caixa para elas”, enfatizou, numa referência a Daniella Marques, que tomou posse no banco público no lugar de Pedro Guimarães, acusado de assédio sexual e moral.

O chefe do Executivo também fez acenos ao Nordeste, reduzido eleitoral do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal adversário no pleito de outubro. Bolsonaro cumpriu agenda de dois dias na região e voltou para participar da promulgação da PEC. “Acabei de chegar do Maranhão. A satisfação de visitar o nosso Nordeste é excelente, excepcional, um carinho inigualável desse povo do nosso Nordeste”, disse.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou a importância da PEC. “A emenda que ora promulgamos visa amenizar, para a população brasileira, os nefastos efeitos sociais e econômicos advindos do processo inflacionário observado nos últimos meses, em quase todos os países”, pontuou.

Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a PEC das Bondades vai “mitigar os efeitos de uma crise que já se arrasta há mais de dois anos, desde que a pandemia da covid-19 comprometeu não somente a saúde, mas também a renda de uma parcela significativa da população”.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Bolsonaro com Pacheco: chefe do Executivo enfatizou a “coragem” do Parlamento na busca por soluções para problemas da população



Ouso dizer que o Parlamento e o Executivo são irmãos xifópagos, ou seja, estamos juntos sempre”

Jair Bolsonaro, presidente da República

Planalto corre para pagar benefícios

Com pouco tempo até as eleições de outubro, o governo tenta antecipar o pagamento do Auxílio Brasil turbinado para a primeira quinzena de agosto e corre para tirar do papel as bolsas a caminhoneiros e taxistas.

No calendário oficial, os pagamentos de agosto começam somente no dia 18. O piso do benefício vai subir de R\$ 400 para R\$ 600. A ideia defendida pelo ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, é passar o calendário de pagamentos de forma permanente para o início do mês. Ele quer incluir mais dois milhões de famílias no programa para zerar a fila.

Apesar da pressa do governo, ainda há muitas questões em aberto —principalmente em relação às bases de dados para

definir a lista dos beneficiários entre caminhoneiros e taxistas.

O Ministério do Trabalho ficou responsável pela tarefa, com apoio do Ministério da Infraestrutura. Não há um cadastro atualizado e, por isso, as dificuldades relatadas pelos técnicos têm sido enormes para atender à pressão da ala política. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, cobra que os novos auxílios estejam na rua no próximo dia 9.

O Ministério do Trabalho afirmou que o cadastro para determinar os taxistas que receberão o auxílio-gasolina já estava descrito na PEC. O texto, porém, ainda deixa isso em aberto, ao dizer que o benefício “será regulamentado pelo Poder Executivo quanto à formação do cadastro”.

O que já foi definido é que serão contemplados motoristas registrados até 31 de maio de 2022, com “documento de permissão para prestação do serviço emitido pelo poder público municipal ou distrital”.

Em relação à bolsa-caminhoneiro, o governo usará o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC). Essa base, porém, não é atualizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres desde 2017 e não exige revalidação por parte dos motoristas.

A Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) sugere que o auxílio seja pago aos caminhoneiros registrados no RNTC há mais de seis meses e que tenham realizado ao menos um frete por mês.

Regulamentação

Segundo o Ministério da Economia, ainda dependem de regulamentação, por serem novos, a bolsa-caminhoneiro, o auxílio-taxista e a compensação financeira para garantir gratuidade no transporte público a idosos. Já o subsídio ao custo do etanol, previsto na PEC das Bondades, depende de aprovação de leis estaduais. O governo também precisa editar medida provisória (MP) para um crédito extraordinário (fora do teto de gastos).

Por sua vez, as parcelas de R\$ 600 do Auxílio Brasil, o aumento do vale-gás e o programa Alimenta Brasil, por serem benefícios já existentes, não precisam de regulamentação — e dependem somente da MP.

Oposição freia a tramitação do PL do Veneno

» MICHELLE PORTELA

A oposição conquistou, ontem, uma vitória ao conseguir postergar para agosto a retomada da discussão e da votação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do PL nº 1.459/2022, o chamado PL do Veneno. Motivo de embate com a base governista, a proposta é apontada por movimentos sociais como o mecanismo para permitir o registro de agrotóxicos com características que podem causar câncer, distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor.

A expectativa era de que o PL fosse aprovado na comissão ainda neste ano. Apresentado pelo então senador Blairo Maggi, em 2002, o texto representou um triunfo de bolsonaristas e da bancada ruralista quando de sua aprovação na Câmara, em fevereiro último.

Os defensores dizem que o projeto permite a modernização da agricultura, enquanto críticos condenam a flexibilização de regras que liberam a comercialização, no mercado nacional, de substâncias atualmente proibidas. Em especial, há imensa preocupação quanto à lei dos agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/7/1989).

A tramitação da matéria ganhou mais um capítulo, ontem, com a aprovação de requerimento apresentado pelo senador Paulo Rocha (PT-PA) na CRA do Senado, para a realização de

audiência pública destinada a debater o projeto com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgãos responsáveis pela liberação de agrotóxicos no país, além de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com isso, a realização do evento foi marcada para a próxima sessão, em agosto, o que retarda a aprovação da matéria na própria comissão. “Não poderíamos deixar aprovar, na véspera do recesso, o Pacote do Veneno. O debate está sendo atropelado, sem discutir seu impacto ambiental, na Comissão de Meio Ambiente, além dos seus impactos à saúde humana, na Comissão de Assuntos Sociais. Vamos articular para que esses colegiados também sejam consultados. A sociedade brasileira é contra esse projeto”, enfatizou Rocha.

A oposição aponta que a bancada governista, formada em grande parte por ruralistas, quer aprovar a matéria ainda neste ano, de modo que possa ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), favorável à matéria.

O presidente da CRA e relator do PL, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que os parlamentares da oposição estão errados. “Faremos essa audiência e quantas

Geraldo Magela/Agência Senado



O senador Paulo Rocha conseguiu aprovar requerimento que postergou para o mês que vem a análise do PL

outras forem propostas e aprovadas pela Comissão de Agricultura”, frisou. Na avaliação dele, há urgência, sim, no projeto. “É uma proposta de modernização dos procedimentos, que não exclui nenhum dos órgãos atuais, mas que estabelece prazos para que as avaliações de agrotóxicos sejam concluídas.”

De acordo com Gurgacz, o relatório deverá manter a Anvisa e o Ibama como membros técnicos do processo de liberação de agrotóxicos, mas que o Mapa terá maior papel na organização

desses procedimentos, embora o ministério já seja responsável por conceder o registro. Além disso, ele destacou que o prazo deverá ser de até dois anos para que esses órgãos liberem ou não a entrada de novos produtos na agricultura nacional.

Atualmente, a cadeia de liberação seja os seguintes passos: o Mapa analisa o produto segundo sua eficácia e segurança agrônômica, a Anvisa avalia a questão de saúde pública, e o Ibama estuda o impacto ambiental.

Embates

De acordo com lideranças da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a aprovação do projeto promete alterar, e muito, tanto o método quanto os tipos de produtos que atualmente podem ser usados em plantações no Brasil e que impactam diretamente na alimentação do brasileiro. “Nosso instrumento é a denúncia de que a bancada ruralista vem atropelando o rito para tentar aprovar esse projeto ainda neste governo”, destacou

Fran Paula, engenheira agrônoma, mestre em saúde pública e representante da ANA na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

A ANA sustenta que mais de 1,6 mil novos agrotóxicos foram liberados entre 2019 e 2022, enquanto o Mapa diz que foram 1.006. “O nosso cálculo é baseado nas publicações do Diário Oficial da União desde que Bolsonaro tomou posse. Isso dá, exatamente, 1.682 produtos agrotóxicos. Temos a compilação de todas as publicações dos registros, mas entendo que eles dizem que alguns foram autorizados ainda na legislatura anterior, mas não haviam sido publicados no DOU. Isso não temos como saber, pois a sociedade civil apenas tem conhecimento a partir da publicação oficial, que é no DOU”, explicou a advogada Naiara Bittencourt, ligada à ANA.

Os números do Mapa incluem agrotóxicos químicos (748) e biológicos (258), contando aí os aprovados para a agricultura orgânica (124).

O procurador do trabalho, Leomar Daroncho, que representa o Ministério Público do Trabalho (MPT) no Senado, afirmou que o tema preocupa, visto que o uso de agrotóxicos no Brasil significa expor agricultores e consumidores a produtos notadamente nocivos à saúde. “O PL nº 1.459/2022 não é uma boa ideia e precisa ser mais debatida. O projeto traz a real possibilidade de agravar o quadro”, alertou.